

# PERSPECTIVAS INTERDISCIPLINARIDADES E LINGUAGEM NAS CIÊNCIAS HUMANAS

Alzira Lobo de Arruda Campos\*

As ciências humanas discutiram a questão da interdisciplinaridade ao longo do século XX. Mas, já no século anterior, figuras notáveis, como Wilhelm Dilthey e Karl Marx, questionavam-se sobre os paradigmas monistas da explicação e da compreensão. Interrogação reproduzida, entre muitos, por Sigmund Freud, Max Weber, Claude Lévi-Strauss, Fernand Braudel, Michel Serres. Em Educação, o grupo de Doutorado em Ciências da Educação, de Paris VIII, há 30 anos adotou a multirreferencialidade como metodologia hegemônica.

Esta parece ser a origem dos grupos de pesquisa interdisciplinares, que, em escala mundial, prestam contributos ponderáveis ao conhecimento do homem e da natureza. Mas, como a História registra, as inovações da Ciência – campo presumivelmente poroso às inovações – costumam gerar resistências e falsos problemas, em geral decorrentes da incompreensão. Este é o caso da área intitulada multidisciplinar ou interdisciplinar, vista, erroneamente, como novidade na história do conhecimento e como rival às áreas tradicionais. Nesse sentido, as reuniões de programas e/ou grupos de pesquisa interdisciplinares, como é o caso deste evento que hoje nos congrega, têm função estratégica para a elucidação dos diversos pontos de vista que envolvem a produção do conhecimento: de epistemas a pólos técnicos, de conceitos a *modus operandi*, das perspectivas à linguagem e ao discurso específicos da área de estudos complexos na qual nos situamos.

Note-se que o tema geral da 58ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, “SBPC & T – Semeando Interdisciplinaridade”, vem ao encontro das inquietações teórico-metodológicas acima, que, longe de se constituírem em novidade na história da ciência, já têm um século de discussões. Na verdade, a organização disciplinar do conhecimento ocorreu depois de seis séculos do aparecimento da universidade, momento em que surgiu

\*Mestra e Doutora em História Social (FLCH-USP); Livre-docente em Metodologia Científica (FHDSS-UNESP). Coordenadora do Programa de Mestrado em Educação, Administração e Comunicação - Universidade São Marcos, São Paulo.

a universidade moderna, entidade que passou a expressar, em sua organização, uma política de poder, derivada da nova ideologia do capitalismo financeiro e dos impérios colonialistas da segunda metade do século XIX. A organização do saber em disciplinas e dos professores em departamentos reproduz, no espelho acadêmico, uma estrutura de poder cuja explicação não repousa apenas no terreno da ciência. Esse sistema apresentou logo sinais de exaustão, partidos do próprio meio acadêmico. Crítica necessária, marcada por acertos e equívocos, que convém retomar.

O modelo unidisciplinar e a hiperespecialização sofreram fortes contestações no campo da produção da ciência e da organização educacional, desde o final da Primeira Guerra Mundial (1914-18), quando cientistas das mais diversas áreas do conhecimento observaram que a hiperespecialização já não era suficiente para responder a desafios dos novos tempos. As discussões centraram-se, então, em pontos que continuam atuais: a crise nas ciências humanas, provocada, em grande parte, pela perda do paradigma humanístico, e a necessidade de formar cabeças capazes do “pensar complexo”, isto é, de indivíduos aptos a pensar em soluções para problemas de uma sociedade global, dotada de alta complexidade. Sociedade que emergiu da primeira crise de dimensão planetária, que iniciou o século passado, anunciando as futuras crises – cada vez mais profundas e pesadas em conseqüências – que marcaram o “breve-longo” século XX.

Em parte, integrando-se ao balanço da Grande Guerra e dos demais dramas que se abateram sobre a humanidade no século passado, as diversas áreas científicas apresentam-se como um universo em fermentação de fronteiras, redefinindo suas identidades, renovando seus limites e deslocando seus eixos epistemológicos. De um saber unitário e em redoma, passou-se a um saber plural e aberto. Essa passagem ocorreu por razões não só decorrentes da lógica científica – epistemológicas, portanto –, mas sobretudo por razões histórico-sociais. A sociedade gradualmente mais dinâmica e mais aberta reclamou saberes adequados às inovações sociais: mais experimentais, mais empíricos, mais problemáticos e abertos à própria evolução. Esse imenso desafio define-se com o declínio do unitarismo científico, provocado por uma crise das ciências humanas, que se tornaram cada vez mais tributárias de saberes especializados, assumidos como “ciências auxiliares”, mas que, na realidade, reescreveram suas identidades internas, fracionando-as e disseminando-as em vários setores (CAMBI, 1999, p.596).

Essa crise deveria ter, como uma de suas soluções, a “relição dos saberes”, que poderia dar conta de alguns dos novos desafios colocados pela geopolítica mundial e pela evolução do conhecimento. Conseqüentemente, a interdisciplinaridade passou a ser reconhecida como necessária ao progresso

científico e configurada como campo de estudos inovador. Trata-se, ao que parece, de uma posição sem retorno, produto de longo processo evolutivo, com momentos merecedores de destaque.

O ano de 1929 assistiu à fundação da revista *Annales*, que assumiu o diálogo constante da História com as demais disciplinas do homem como modelo hegemônico de pesquisa, dando início a uma discussão que se robusteceu nos anos 50 e 60, com imperativos educacionais-científicos de religar saberes numa rede interativa, que agrega as disciplinas no interior de uma problemática vivida, dinâmica e aberta. Criticamente aberta, isto é, passível de soluções diversas, revisitadas constantemente com rigor e competência teórico-metodológica.

O processo aprofundou-se com a chamada “globalização”, pela qual organismos multinacionais ocupam cada vez mais o papel decisório dos Estados Nacionais. Ao mesmo tempo, a mutação tecnológica dos últimos anos caracteriza-se pela interpenetração do desenvolvimento econômico baseado na energia, inclusive a nuclear, com a cibernética, simbolizada pelo computador. Não obstante, a mundialização permanece essencialmente nos setores econômicos e tecnológicos. A mundialização espiritual, isto é, a cultural e a social, progride bem mais lentamente do que a do mercado ou a das redes de comunicação. A respeito, Philippe Quéau considera a necessidade de estudar o global em união íntima com o local, na formação de uma cultura que ele chama de “glocal”. A cibercultura, que acompanha a emergência da “sociedade mundial da informação”, possui certos atributos “glocais”, como a *internet* parece prefigurar (QUEAU, 2001, p.460).

Nesse plano, compete aos produtores do conhecimento e aos educadores repensar as dimensões de seu trabalho, uma vez que a eles incumbe a tarefa de preservar e recriar o patrimônio cultural planetário, abandonando o modelo da fragmentação, da especialização e da disciplinarização, baseado na suposição que apenas as competências tecnocientíficas têm a suficiência necessária para resolver os desequilíbrios de um mundo globalizado e cada vez mais transnacionalizado.

Em ambiente de extrema complexidade, a integração do conhecimento, considerada como “o desafio do século XXI”, conheceu novo ponto de culminância, quando Edgar Morin, ao presidir um conselho científico de reforma do ensino francês de segundo grau, organizou jornadas temáticas com o objetivo de apresentar soluções a dois problemas: o desafio da globalidade e a não-pertinência do modo de conhecimento e de ensino tradicionais, baseados na fragmentação do pensamento. (MORIN, 1998).

Em 2002, com propósito similar, o Reitor da Universidade Stanford reuniu vinte estudiosos, de diferentes gerações e uma gama de disciplinas que variava da pesquisa acústica por computador à literatura italiana, passando por física

teórica, teologia e estudos de direito, a fim de discutir a invenção de um novo formato de trabalho interdisciplinar, “não mais conduzido basicamente por polidez acadêmica e curiosidade aleatória”. Na ocasião, os cientistas reunidos assinaram um manifesto sobre a necessidade da interdisciplinaridade para o progresso científico, firmando posição já aceita por inúmeros grupos de pesquisa e programas educacionais do mundo todo (FOLHA DE S. PAULO, p.8).

No interregno de tempo balizado pelos fatos acima, a direção da CAPES criou um comitê multidisciplinar, encarregado de avaliar programas de pós-graduação, comprometidos com modelos conceituais e metodológicos provenientes de mais de uma disciplina. Dos 46 programas existentes em 1999, ano de fundação do citado comitê, a área multidisciplinar conta hoje com 132 mestrados e doutorados. O crescimento registrado espelha, de um lado, taxa esperada em processo que partiu quase do zero, frente a outras áreas de produção; de outro, necessidades sociais preenchidas por propostas que assumem a responsabilidade de religar saberes, no universo globalizado.

A partir de então, educadores e pensadores das mais diversas áreas do conhecimento consideram que a visão interdisciplinar é “um imperativo para abrir novo patamar de desenvolvimento nas pesquisas” e que “vivemos a era da interdisciplinaridade” (CANDOTTI; GONTIJO, 2005).

Da óptica educacional, o modelo interdisciplinar integra-se ao movimento pedagógico proveniente de reivindicações progressistas de grupos que lutam por maior democratização da sociedade. Esse movimento contesta a produção em série e a fragmentação dos empregos, fenômeno inaugurado com o estabelecimento da linha de montagem na indústria automobilística e de sua teoria fordista-taylorista, que considera as necessidades das pessoas como irrelevantes para o setor produtivo. A atomização de tarefas e o processo de alienação do trabalhador quanto ao produto de seu trabalho transferiram-se para o interior dos sistemas educacionais, reduzindo a educação institucionalizada a tarefas de custódia sobre gerações imaturas, impedindo professores e alunos de participar dos processos de reflexão crítica sobre a realidade (SANTOMÉ, 1998, p.13).

A linguagem da interdisciplinaridade, que não discrepa das normas vigentes nos demais jargões acadêmicos, a não ser por sua complexidade, tem merecido investimentos importantes no que diz respeito à reflexão sobre epistemas, conceitos e modelos de abordagem.

A história dos conceitos no campo da interdisciplinaridade leva em conta o lugar que esses conceitos ocupam no seio de tradições disciplinares, baseadas em normas e convenções associadas a contextos científicos usuais no campo dos departamentos universitários e das áreas do conhecimento. Com efeito, a significação das idéias expostas deriva de um paradigma discursivo relacionado

a compartimentos específicos da ciência. Em busca de um pluralismo epistemológico em ciências sociais, programas multidisciplinares procuram desenvolver modelos interculturais, trabalhando em diversas áreas do conhecimento, em suas encruzilhadas e fronteiras. Tal posição decorre do multiculturalismo, questão incontornável de nossas sociedades contemporâneas, relançado nesse momento de “globalização” e que levanta a noção, inteiramente experimental, de “pluralismo epistemológico” (GUILHAUMOU, 2001).

A principal dificuldade que enfrenta a questão do pluralismo epistemológico reside na necessidade de manter a comunicação e de assegurar as condições de possibilidade do comparatismo entre os campos de pesquisa em presença. Desenvolver assim a discussão significa postular que não existe uma mas muitas práticas possíveis das ciências sociais e diferentes saberes sobre a sociedade, a diversidade sendo suposta como preferível à unidade, referida ao universal. Engajar-se nessa via tem conseqüências ao mesmo tempo teóricas e políticas. Mas colocar o pluralismo como ponto de partida não descarta a questão do universal. Oferece ao contrário a possibilidade de formular um modelo que não será a generalização de alguma experiência histórica particular, mas que aconselha o comparatismo, liberto da armadilha da tradução do diálogo em uma linguagem única – ou linguagem “marco zero”.

É sabido que existem obstáculos para o desenvolvimento da interdisciplinaridade. Em primeiro lugar, as “fortalezas” que as escolas científicas costumam construir no interior das disciplinas. Como observa Piaget, pertencer a uma escola de pensamento tem a vantagem de “permitir aos especialistas que compartilham os mesmos princípios que progridam sem necessidade de voltar continuamente aos problemas iniciais”. Mas toda a vez que ocorram divergências em seu interior, em lugar de tentar superá-las por meio de debates críticos e interdisciplinares, permite que se possa decidir por formar nova escola, sem resolver os problemas iniciais (PIAGET, p.44-120).

Quanto ao conteúdo semântico do termo interdisciplinar, comecemos por apontar um problema imediato em seu emprego, na medida em que subentende a existência de fronteiras mais ou menos nítidas entre “disciplinas”, correndo o risco de ocultar as diferenças e os conflitos internos e de impor uma permanência no tempo. Muito embora a definição do “que é” por meio do “que não é” desaconselhe-se, vale a pena levantar algumas questões contrastivas entre métodos monistas e pluralistas de produção do conhecimento.

As reformulações no sistema unidimensional do conhecimento escudam-se em nova teoria e ciência dos modelos científicos e sociais. Elas foram forjadas no momento em que a ambição monista que marcava a ciência e a filosofia ocidentais revelaram-se insuficientes para dar conta de uma realidade tornada cada vez mais complexa, sob o influxo do capitalismo financeiro e da geopolítica

mundial. O modelo interdisciplinar, também chamado de multirreferencial, preocupa-se em tornar mais inteligíveis fenômenos complexos, por meio de uma análise plural, assumindo eventuais rupturas epistemológicas, ainda tênues no estado atual da investigação.

Sabe-se que a disciplina é uma categoria organizadora dentro do conhecimento científico; ela institui a divisão e a especialização do trabalho e responde à diversidade das áreas que as ciências abrangem. O “pensamento complexo” contém a diversidade e a possibilidade de compreendê-la. A religação dos saberes, explicitamente relacionada à exigência de solucionar problemas do mundo atual, consagrou-se como tarefa vital para a sociedade, porque permite a contextualização correta do conhecimento e a sua integração na vida (MORIN, 2002, p.68).

Enquanto os campos do conhecimento reúnem objetos semelhantes, a interdisciplinaridade reúne objetos dessemelhantes em mesma problemática. Portanto, a similitude não se encontra, por princípio, nos objetos, mas na problemática, com resoluções que dependem da confluência de campos diversos de produção científica, todos eles dotados de referenciais próprios. A produção interdisciplinar emana do “pensar complexo”, isto é, do pensar a globalidade, e forja, no campo científico, imagens especulares do universo em rede, discutindo o sentido operatório da globalização na sociedade e em cada um de nós.

A pesquisa interdisciplinar não isola os patamares das ciências, mas, ao contrário, põe em evidência as suas interações e, por outro lado, trabalha com “hierarquias planas”, propondo hipóteses decorrentes da complexidade da análise – e não propriamente do objeto. A abordagem multirreferencial preocupa-se em tornar mais inteligíveis fenômenos complexos, por meio de uma análise plural, que assume eventuais rupturas epistemológicas, tendo em conta que quando não se encontra solução em uma disciplina, a solução vem de fora da disciplina. Com efeito, a história das ciências abrange a constituição de rupturas entre as fronteiras disciplinares, a invasão de um problema de uma disciplina por outra, de circulação de conceitos, de formação de disciplinas híbridas que acabam se tornando autônomas. É, também, a história da formação de sistemas complexos, onde diferentes disciplinas vão ser agregadas e aglutinadas.

A história da ciência registra que a evolução do conhecimento depende de fatores vários, muito deles ligados a processos autônomos, arredios a protocolos acadêmicos. Esse fenômeno não é linear, mas opera por saltos. No momento atual, as ciências humanas passam por uma crise, explicada por muitos autores como decorrente do conhecimento “em cômoda”, isto é, do saber acomodado em gavetas independentes e autônomas entre si. Como solução, considera-se indispensável para o ressurgimento das ciências humanas a instituição de um imenso debate geral, que discuta a ilusão – tentadora, mas radicalmente impossível – de reduzir o social, tão complexo e tão desconcertante,

a uma única linha de explicação. Ou, em outras palavras, planejando-se modelos interdisciplinares, como sistemas de explicações mutuamente relacionadas, destinados a abrir as fronteiras entre as ciências do homem (BRAUDEL, s.d.).

A interdisciplinaridade, considerada como trocas entre disciplinas, à luz do conceito de rede, permite apreender as relações entre as disciplinas como um processo dinâmico, cuja hierarquia é dada pela problemática a ser solucionada. Esse “mercado comum” das diversas ciências depende de mediadores especializados, capazes de respeitar os limites conceituais alcançados por diversos ramos do saber. As trocas entre disciplinas estabelecem-se como um jogo de disciplinas convergentes, que estrutura um sistema reticular de abordagem. Como regra fundamental desse jogo, as ciências deveriam deixar de discutir tanto as suas recíprocas fronteiras, tentando antes traçar melhor as linhas que possam orientar uma investigação coletiva e também os temas que permitam alcançar novas convergências do conhecimento e novos paradigmas para a pesquisa. Como decorrência, a interdisciplinaridade consubstancia-se como uma operação deliberada de investigadores, que inter põem níveis de análise específicos em seus modelos de abordagem, a partir de uma reflexão que visa a distinguir rupturas e a marcar inflexões significativas na realidade observada. A metodologia interdisciplinar remete para outros modelos, inscrevendo-se num campo de discursos associados. O olhar dos cientistas estende-se a outros setores do conhecimento, desprezando estruturas disciplinares rígidas e produções intelectuais fechadas.

O “pensar complexo” não se produz sem atritos, uma vez que o mundo dos cientistas evidencia que a máquina de produzir conhecimento tem também os seus operários, os seus empregados de escritório, os seus pequenos “patrões” e alguns mandarins no cimo. Para subir os degraus da pirâmide, é preciso satisfazer ritos de passagem, integrar-se a uma cooptação, que funciona sempre de cima para baixo. O exercício desse processo pertence a um pequeno número de “mestres da corporação”, que zelam ao mesmo tempo pelo recrutamento e pelas atribuições de créditos. A máquina é tão poderosa que encontra um fim em si mesma, definindo verdadeiras propriedades em setores precisos da investigação. As relações de poder entre pesquisadores têm assim uma influência direta sobre a configuração do saber. Regras implícitas funcionam aí, em nome das quais se permitem determinadas produções e se proíbem outras. As opções ideológicas prosseguem no seu curso subterrâneo dentro da instituição, mesmo se os tempos já não forem das grandes proclamações de fé. Mesmo em se aceitando, ao menos na aparência, que o discurso científico é, por natureza, instável, susceptível a metamorfoses, a retrocessos e a inversões de sinais.

A produção do conhecimento neste novo milênio coloca em questão a definição possível de uma ciência pensada em escala mundial. De uma ciência identificada a partir de diferentes espaços, que encontram sua unidade em redes

de relações e de trocas que os constituem, independentemente de soberanias estáticas. Portanto, trata-se de um conhecimento ocasionado por contatos, encontros, aculturações e mestiçagens. Nessa paisagem, a interdisciplinaridade afasta-se dos métodos comparatistas tradicionais, inscrevendo-se na área de “estudos complexos”, entendidos como o trabalho de diferentes especialistas sobre um tema limitado por uma problemática do mundo atual.

A interdisciplinaridade é multirreferencial, uma vez que constitui um conceito que integra não apenas o plural, mas o heterogêneo, uma vez que o diferente pode ser vivido em termos da homogeneidade. A multirreferencialidade apresenta-se como um método integrador de diferentes sistemas de linguagens, aceitas como plurais, isto é, como necessariamente diferentes uma das outras, concorrendo para elucidar a complexidade de um dado fenômeno. Uma de suas características consiste na leitura plural de seus objetos de estudo, a partir de perspectiva que abranja diferentes ângulos de observação e que contenha referenciais distintos, não redutíveis uns aos outros (ARDOÍNO, 1998, p.11-13 e 27).

Os estudos interdisciplinares preocupam-se em tornar rigorosos os conceitos que empregam. Os prefixos “multi”, “inter” e “trans”, antepostos à disciplinaridade ou referencialidade, recebem interpretações diversas, refletindo a diversidade de pontos de vista existentes a respeito. De modo geral, “multidisciplinar” entende-se como uma agregação de áreas, tendo em vista o atendimento a necessidades surgidas em um dado campo de conhecimento. É um termo que subentende, necessariamente, o consórcio de disciplinas na formulação de problemas e de explicações. Dessa palavra, derivaram-se outras, expressando nuances conceituais. “Pluridisciplinaridade” justapõe disciplinas diversas no mesmo quadro explicativo; “interdisciplinar” aponta para uma questão de método, baseada na colaboração de várias disciplinas no estudo de um objeto.

A complexidade maior repousa no prefixo “trans”, uma vez que implica uma transformação dos conceitos tomados emprestados às disciplinas de origem. A transdisciplinaridade, ainda incipiente no atual estado da ciência, partiria de uma reflexão de segundo grau sobre as características formais dos processos de investigação, que faria ressaltar as homologias entre as teorias em presença, identificando processos de segunda ordem, com o objetivo de redefinir certos conceitos no sentido de uma generalização, que conservando certas propriedades comuns, está suscetível a aplicações diversas em diversos setores. Mas tais ambições transdisciplinares supõem que já estejam estabelecidas as condições de uma fecunda interdisciplinaridade. (PAGÈS, p.82).

Na aparência recente, de fato, a interdisciplinaridade nos invade pelo passado, por intermédio da literatura, da moral, do direito, da linguagem, das ciências, das técnicas, das artes. Há temas que são indiscutivelmente interdisciplinares, mesmo quando tratados em campos disciplinares específicos. São temas relacionados a grandes problemas vividos pela humanidade,

decorrentes de medos ancilares ou recentes. Assim, a preservação do meio ambiente, o desenvolvimento sustentável, as inclusões sociais, a cidadania caracterizam-se como assuntos de predileção dos grupos de pesquisa e programas de pós-graduação interdisciplinares. Esses assuntos ligam-se ao século recém iniciado, que tem sido chamado, em análise prospectiva, de “século dos direitos”. Trata-se, digamos, de termos “politicamente corretos”, que carregam a utopia brechtiana de diminuir a imensa miséria humana.

Há, também, o vasto campo das relações de gênero, do feminismo, da família, dos direitos da infância e da adolescência. Desse dossiê, a sexualidade ressalta como assunto passível de ilustrar o problema da linguagem científica da interdisciplinaridade. A Psicanálise tem, como é sabido, na sexualidade o seu assunto fundador. Na análise que realiza sobre transtornos psicossociais inclui-se, cada vez mais, a psicanálise coletiva, com inspiração em traumas históricos vividos pela humanidade. Há séculos que o amor é o tema favorito dos poetas e dos romancistas, então, com verossimilhança, de seu público (FLANDRIN, 1981). O estudo sobre a sexualidade traz à cena, cada vez mais, consórcios estabelecidos entre antropólogos, psicólogos, historiadores, literatos, filósofos, demógrafos, sociólogos, etc., que ao se debruçar sobre suas especialidades confrontam-se com conceitos elaborados por outros especialistas e deles se utilizam a fim de resolverem os seus problemas de investigação. Em boa parte, esses problemas inspiram-se em Foucault, o pensador da descontinuidade e do mutacionismo, que privilegia as rupturas bruscas e a emergência de estruturas novas, no quadro quase imóvel da longa duração. Os trabalhos de Foucault fazem aflorar pedestais estruturais de natureza vária (rigidez do sistema econômico, rotina mental, etc.), ao abarcar, ao mesmo tempo, a delimitação de um espaço de análise, a determinação das cesuras cronológicas significativas e a distinção das temporalidades próprias das diversas instâncias do real. Em sua análise, Foucault põe em causa os cortes habituais entre as disciplinas (filosofia, direito, história, etc.), porque uma idéia remete a outra idéia, inscrevendo-se num campo de discursos associados e assentando-se amplamente no já dito. Nesse contexto, é preciso renunciar a atribuir valores desiguais aos enunciados de diferentes textos, mas apegar-se às regras que condicionam a produção dos discursos numa época dada. Na “economia do corpo” e em sua domesticação, Foucault ataca o racionalismo burguês. A ambição principal de Foucault é procurar, por detrás dos atos, as regras de um fazer e, sob os enunciados, a gramática que os comanda. (BOURDÉ e MARTIN, 1983, p.188-192). As obras históricas do filósofo Foucault transitam livremente por diferentes áreas do conhecimento, contribuindo para a formação de modelos interdisciplinares de abordagem do homem em sociedade, do ponto de vista da lógica burguesa e da microfísica do poder. Como Foucault, inúmeros autores consagraram-se em áreas que não eram as suas de origem, tornando difícil até

mesmo a catalogação de suas obras em áreas específicas do conhecimento. No Brasil, um exemplo antológico pode ser oferecido por Antônio Cândido, em *Os parceiros do Rio Bonito*, livro que entrecruza as fronteiras da Literatura, História, Sociologia, Antropologia, Etnografia, Economia, Política, etc., a fim de entender as mudanças operadas na identidade do caipira e de sua cultura tradicional, diante da capitalização da terra operada pela economia cafeeira.

A linguagem interdisciplinar nas Ciências Humanas não parte do marco zero quanto aos conceitos empregados. Pelo contrário, respeita os quadros teóricos provenientes de disciplinas específicas, cruzando-os na medida e nos limites demandados pelo problema de investigação. Quando se trata da interdisciplinaridade ocorrente nos pólos meramente técnicos, o assunto é de fácil solução: associam-se em geral duas disciplinas, que se propõem a cooperar para o aprimoramento de suas ferramentas de trabalho ou para assuntos que exigem alta especialização, em suas áreas específicas.

Na verdade, os desafios maiores da linguagem interdisciplinar dizem respeito aos pólos epistemológicos, teóricos e metodológicos, os quais – felizmente para a pesquisa – encontram-se em processo de definição, por isso mesmo mais plásticos e favoráveis para atenderem a um ponto fundamental do conhecimento, que é o da heurística.

#### Referências:

ARDOINO, Jacques. Abordagem multirreferencial (plural) das situações educativas e formativas. In: BARBOSA, Joaquim Gonçalves (Org.).

**Multirreferencialidade nas ciências e na educação.** São Carlos: EdUFSCar, 1998.

BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. **As escolas históricas.** Portugal: Publicações Europa-América, 1983. (Col. Fórum da História).

BRAUDEL, Fernand. **História e ciências sociais.** Lisboa: Ed. Presença, [s.d.].

CAMBI, Franco. **História da pedagogia.** São Paulo: Ed. UNESP, 1999.

DIRETRIZES gerais para a atualização do papel e das rotinas. CAPES. MEC (Notícias). Disponível em: <http://www.capes.gov.br/Servicos/Noticias.htm>, acesso em 17 fev. 2004.

FLANDRIN, Jean-Louis. **Se sexe et l'Occident. Évolution des attitudes et des comportements.** Paris: Éd. Du Seuil, 1981.

FOLHA DE S. PAULO. Suplemento Mais. 24 nov. 2002.

GUILHAUMOU, Jacques. A interculturalidade: Proposições para um debate. **Annales**, n.3, maio/jun., 2001.

MORIN, Edgar. Introdução às jornadas temáticas. In: MORIN, Edgar (Org.). **A religião dos saberes: o desafio do século XXI.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

MORIN, Edgard. A aprendizagem da complexidade. **Os sete saberes e outros ensaios.** In: ALMEIDA, Maria da Conceição; CARVALHO, Edgard de Assis (Orgs.). São Paulo: Cortez, 2002.

PAGÈS, Max. A múltipla dialética: proposições. In: BARBOSA, Joaquim Gonçalves (Coord.). **Multirreferencialidade nas ciências e na educação.** São Carlos: EDUFSCar, 1998.

PIAGET, Jean. La situación de las ciencias del hombre dentro del sistema de las ciencias. In: PIAGET, J.; MACKENZIE, W.J.M.; LAZARSFEL, P.F. et al. **Tendencias de la investigación em las ciencias sociales.** 4.ed. Madri: Alianza-UNESCO..

CANDOTTI, Ennio; GONTIJO, Alfredo. Aproximar os saberes por ligações novas, esquecidas e desaprendidas. **Jornal da Ciência.** Rio de Janeiro, SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, 28 out., 2005, p.6.

MORIN, Edgar (Dir.). **A religião dos saberes. O desafio do século XXI.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. **Globalização e interdisciplinaridade: o currículo integrado.** Porto Alegre: Editora Artes Médicas Sul Ltda., 1998, p. 13.

QUEAU, Philippe. Cibercultura e info-ética. In: MORIN, Edgar. **A religião dos saberes: o desafio do século XXI.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.